

# DISCURSO DE ÓDIO BIOPOLÍTICO NO CASO MARIELLE FRANCO

Leandra Cohen Schirmer<sup>1</sup>  
Aline Roes Dalmolin<sup>2</sup>

## RESUMO

No presente trabalho visamos analisar como o ódio biopolítico é expresso nas redes sociais, a partir dos discursos ofensivos realizados contra a vereadora Marielle Franco. A pesquisa toma por objeto os discursos de ódio biopolítico proferidos contra Marielle após a sua morte. A partir da análise da postagem de notícias falsas nas redes sociais, foi possível perceber como os discursos tentam denegrir a reputação de Marielle, apagando o caráter político de seu assassinato e reduzindo-a a sua condição de *homo sacer* (AGAMBEN, 2008, 2012). Nas redes, a vereadora carioca sofre uma espécie de “segunda morte”, ao ter sua trajetória de vida dedicada à defesa dos direitos humanos relegada ao domínio do biológico, pelos discursos que compreendem sua vida enquanto vida nua.

**Palavras-chave:** Biopolítica; Direitos Humanos; Discurso de ódio; Marielle Franco; Redes Sociais.

## 1 INTRODUÇÃO

Em fevereiro de 2018, Jéssica Monteiro de 24 anos ficou mais de dois dias presa em uma cela suja de dois metros quadrados do 8º Distrito Policial, no Brás, em São Paulo, com seu filho recém-nascido (JÉSSICA, 2018). Acusada de tráfico de drogas, a jovem deu à luz no hospital um dia após ser presa e teve que retornar com o filho para a prisão. A jovem, que diz ser inocente<sup>3</sup>, morava num galpão sem banheiro, numa área invadida por pessoas sem teto, era trabalhadora informal e ganhava no máximo 50 reais por dia. Ela foi presa por tráfico de drogas, e mantida assim mesmo com o filho recém-nascido, após ser flagrada com 90 gramas de maconha.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP), assim como integrantes das comissões de Direitos Humanos, pediram ao TJ-SP a concessão de liminar da decisão do juiz para que Jéssica pudesse responder ao processo em recolhimento domiciliar (OAB, 2018). Para Ariel

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), bacharel em Comunicação Social – Hab. Produção Editorial pela mesma instituição. E-mail: leandra.schirmer@gmail.com

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Ciências da Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, doutora e mestre em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Líder do grupo de pesquisa do CNPq Circulação Midiática e Estratégias Comunicacionais. E-mail: dalmoline@gmail.com

<sup>3</sup> **Mãe que ficou presa em cela com bebê diz ser inocente.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/02/mae-que-ficou-presa-em-cela-com-bebe-diz-ser-inocente.shtml>>. Acesso em 05 de abril de 2018.

de Castro Alves, coordenador da Comissão da Infância e Juventude do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe), as condições a que mãe e o bebê foram submetidos caracterizam “flagrantes violações de direitos humanos” (JUSTIÇA, 2018).

O caso de Jéssica não é isolado, outros presos no Brasil vivem em situação desumana, 40% deles são provisórios e estão encarcerados sem julgamento<sup>4</sup>, em sua maioria negros e pobres<sup>5</sup>. Em 2017, após um evento do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, realizado na Suíça, o Brasil recebeu diversas recomendações dos países membros da ONU para deter violações, sobretudo contra povos indígenas, defensores de direitos humanos e populações pobres e carcerárias<sup>6</sup>. Para a Anistia Internacional, além de serem omissas, as autoridades brasileiras também foram “agentes do agravamento” das violações de direitos humanos no país. Renata Neder, assessora da Anistia internacional, também afirma que as políticas brasileiras não seriam voltadas para a proteção da vida, mas para a guerra às drogas, o que materializaria uma polícia militarizada e violenta. Para Renata, seria necessária uma “mudança de foco”.

Conforme o jornal El País (2018), o Brasil tem a polícia que mais mata e que mais morre. Em 2017, o cabo Pedro Araújo, de 39 anos, foi atingido em um tiroteio no Rio de Janeiro. Um grupo de moradores e dezenas de motoristas passou pelo local sem oferecer ajuda, até que um jovem se aproxima, mas para roubar seu fuzil, que custa em torno de 20 mil reais, sete vezes mais do que o salário de Pedro de R\$2.900. Segundo o El País (2018), um policial é enterrado a cada dois dias no Rio de Janeiro. Uma comissão de PMs que estuda o fenômeno acaba de apresentar suas conclusões em um relatório que coloca mau treinamento, salários baixos, armas obsoletas e corrupção, como alguns dos difíceis problemas enfrentados pela polícia fluminense.

A denúncia das violações aos direitos humanos, o genocídio do povo negro e a violência policial eram pautas recorrentes da ação política de Marielle Franco. A vereadora do Rio de Janeiro e ativista dos direitos humanos, assassinada em 14 de março de 2018, dedicou sua vida a denunciar os abusos do poder soberano contra aqueles que podem ser considerados

---

<sup>4</sup> **Brasil dobra número de presos em 11 anos, diz levantamento; de 726 mil detentos, 40% não foram julgados.** Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/brasil-dobra-numero-de-presos-em-11-anos-diz-levantamento-de-720-mil-detentos-40-nao-foram-julgados.ghtml>. Acesso em 05 de abril de 2018.

<sup>5</sup> **Branco têm mais acesso a penas alternativas; negros vão mais para prisão.** Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/11/27/brancos-tem-mais-acesso-a-penas-alternativas-negros-vao-mais-para-prisao.htm>>. Acesso em 05 de abril de 2018.

<sup>6</sup> **ONU cobra mais ações no combate a violações de direitos humanos no Brasil.** Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-05/onu-cobra-medidas-mais-eficazes-no-combate-violacoes-de-direitos>>. Acesso em 05 de abril de 2018.

“vida nua”, conforme veremos adiante, a partir de articulações com os conceitos de Agamben (2002, 2008). Ironicamente, após sua morte ela mesma tornou-se *homo sacer* pelo ponto de vista de discursos que circularam através das *fake news* que a consideravam construíram em torno de Marielle uma constituição de “sujeito matável”, em função de desconsiderar sua ação política como causa inicial dos desdobramentos que tiveram como ápice o seu assassinato dentro de um veículo no Rio de Janeiro. Nas redes sociais, Marielle sofre uma “segunda morte”, ao ter a dimensão política de sua vida usurpada e reduzida ao domínio do biológico, em discursos que justificam sua morte pelo mecanismo do racismo.

Nesse trabalho visa-se analisar como o ódio biopolítico é expresso nas redes sociais, a partir dos discursos ofensivos realizados contra a vereadora Marielle Franco imediatamente após a sua morte, em março de 2018. Identificou-se nos discursos como os mecanismos biopolíticos relegam Marielle a condição de vida nua após sua morte. O termo biopolítica será compreendido tal qual nas obras de Foucault e Agamben, apontando para a forma não repressiva, mas inerente, que o poder político consegue atuar sobre todos os aspectos da vida humana.

Foram selecionados para a análise postagens na rede social Facebook, bem como comentários nesta rede social e no Twitter, coletados de forma aleatória na segunda quinzena de março de 2018. A partir da análise dos comentários, foi possível verificar que a divulgação de notícias falsas buscou construir em torno da morte de Marielle duas linhas gerais de sentido que visavam desqualificar sua atuação política: 1) o rechaço aos seus ideais de esquerda e 2) uma morte comum, fruto da violência cotidiana e despida de caráter político.

## **2 BIOPOLÍTICA, RACISMO E A VIDA NUA**

Ao caracterizar o poder como uma força invisível que “funciona e se exerce em rede”, Michel Foucault (2016) rompeu com as concepções mais tradicionais, que acreditavam que o poder estivesse totalmente nas mãos do Estado, e nos atentou para a importância e sutileza das relações de poder. Segundo o autor, o poder não é algo que possa pertencer a um só indivíduo ou a uma só Instituição, mas sim uma rede em cujas malhas todos nós circulamos, exercendo poder e nos submetendo a ele.

Foucault propôs uma análise histórica a partir do deslocamento das formas e domínios do poder, para melhor nos explicar o funcionamento dessas relações de poder. Dessa forma, ele constatou que o poder soberano foi substituído gradativamente pelo poder disciplinar em

meados do século XVII e que esse poder disciplinar passou a ser complementado pela biopolítica na segunda metade do século XVIII.

O soberano detinha o direito de “fazer morrer” ou “deixar viver” seus súditos e podia penalizá-los com vários tipos de tortura. Porém essas formas de punição se tornaram ineficazes com o tempo, não só pela revolta da população contra a barbárie, mas também por conta da Revolução Industrial e do fortalecimento do sistema capitalista que só conseguiria se desenvolver “à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos”. (FOUCAULT, 1988, p. 132).

Essa inserção da preservação da vida como problema do poder soberano deu origem a uma nova forma de poder, que se ocuparia em “fazer viver” e “deixar morrer”, o biopoder, que se manifesta através do poder disciplinar (que age sobre os indivíduos) e da biopolítica (que age sobre a espécie).

A disciplina fabrica, assim, corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele, por um lado, uma “aptidão”, uma “capacidade”, que ela procura aumentar, e inverte, por outro lado, a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dele uma relação de sujeição estrita (FOUCAULT, 2010, p. 133 e 134).

O poder da biopolítica passou a complementar o poder disciplinar, para poder abarcar a população, esse “novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável” (FOUCAULT, 2002, p. 292). Dessa forma, assim como o poder disciplinar agia sobre os corpos dos indivíduos, o poder biopolítico passa a agir sobre a vida da espécie e sua manutenção. As guerras já não são mais travadas em nome do soberano, mas “em nome da existência de todos” (FOUCAULT, 1988, p. 129).

O racismo é uma estratégia indispensável ao biopoder. Ele assegura a possibilidade da eliminação de vidas que possam ser consideradas como um perigo biológico em prol da sobrevivência e da ascensão de uma raça, como no caso da Segunda Guerra Mundial, quando alemães nazistas consideraram que vidas judias poderiam ser sacrificadas em benefício da ascensão de uma raça pura alemã.

O que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado foi mesmo a emergência desse biopoder. Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo. (FOUCAULT, 2002, p. 304).

O racismo, para Foucault, não se resume ao ódio de uma raça pela outra, trata-se da utilização do discurso da purificação para que haja eliminação da própria raça. Ou seja, embora o povo judeu não consista em uma raça, a atitude dos alemães em relação ao povo judeu é considerada racista nesse sentido.

Diferentemente de Foucault, Giorgio Agamben relaciona a biopolítica com o poder soberano. Para o autor italiano, a vítima do poder soberano se constitui enquanto *homo sacer*<sup>7</sup>, um indivíduo matável e insacrificável.

Nos dois limites extremos do ordenamento, soberano e *homo sacer* apresentam duas figuras simétricas, que têm a mesma estrutura e são correlatas, no sentido de que soberano é aquele em relação ao qual todos os homens são potencialmente *homines sacri*, e *homo sacer* é aquele em relação ao qual todos os homens agem como soberanos. (AGAMBEN, 2002, p. 92).

A vida do *homo sacer* é considerada uma vida nua, isto é, o homem sacro é um morto vivente, como um “zumbi” que ninguém se importa em matar, pois ainda que se assemelhe a um humano, não é reconhecido como um. O conceito de vida nua é desenvolvido por Agamben (2002) a partir do entendimento de Aristóteles sobre dois termos gregos usados para exprimir o significado da palavra vida: *bios* (vida racional, politizada, onde se expressa o juízo) e *zoé* (mera existência).

Em seu livro “O que resta de Auschwitz: o arquivo e o testemunho” (2008), Agamben apresenta a figura do “muçulmano”<sup>8</sup>, que descreve como um “morto-vivo”, “o não-homem”, por tratar-se daquele que foi completamente dessubjetivado pelo dispositivo de Auschwitz, perdendo sua capacidade de se comunicar e sua língua, sendo despolitizado e, assim, limitado à *zoé* e à vida nua. Nesse sentido, pode-se dizer que enquanto Foucault nos atenta sobre os deslocamentos do poder evidenciados pelo “fazer morrer e deixar viver” (poder soberano) e “fazer viver e deixar morrer” (biopoder), Agamben salienta a existência de uma terceira fórmula, o “sobreviver”.

---

<sup>7</sup> Expressão do direito romano arcaico que designava um indivíduo julgado e condenado por um delito e que, por conta dessa condenação, era banido da sociedade. Uma vez banido da lei humana ele poderia ser morto por qualquer um sem que isso fosse considerado crime e, da mesma forma, tendo sido excluído da lei divina ele não podia ser sacrificado ritualisticamente. Por conta disso, essa vida passava a existir fora de qualquer jurisdição humana e não era mais reconhecida pela comunidade.

<sup>8</sup> Agamben acredita que a explicação mais provável para o uso do termo “muçulmano” seria o significado literal do termo árabe “muslim”, que significa “quem se submete incondicionalmente à vontade de Deus”. Os muçulmanos seriam aqueles que não sobreviveram para testemunhar o ocorrido em Auschwitz; é preciso que os sobreviventes falem por eles. (AGAMBEN, 2008, p. 52).

### **3 DIREITOS HUMANOS E A MORTE DA ATIVISTA MARIELLE FRANCO**

“Os direitos humanos só servem para defender bandido, são os direitos dos mansos”. Quantas vezes não lemos frases desse tipo hoje nas redes sociais? A cada dia vemos mais deturpado o conceito dos direitos que conferem dignidade a todos os seres humanos para que possamos participar plenamente da vida em sociedade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, redigida em 10 de dezembro de 1948, foi uma resposta ao genocídio e à barbárie da Segunda Guerra Mundial. Apesar de inicialmente essa Declaração não ter nenhuma força jurídica, ela foi uma recomendação da Assembleia Geral das Nações Unidas, um dos principais órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU), que serve para definir os direitos básicos dos seres humanos, como o direito à vida, à liberdade, ao trabalho e à educação e promover a preservação da dignidade humana. Segundo o preâmbulo da Declaração Universal dos direitos Humanos:

A ASSEMBLÉIA GERAL proclama A PRESENTE DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição (ONU, 1948).

A Declaração é um marco no que diz respeito à proteção da vida humana, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Ela é capaz de inspirar constituições e balizar a conduta do Estado e dos cidadãos. Ou seja, dizer que você é contra os "Direitos Humanos", além de não fazer muito sentido, também significa que você é a favor de que as pessoas sejam privadas de sua nacionalidade (assegurada pelo artigo XV), de suas propriedades (assegurada pelo artigo XVII) e do serviço público do nosso país (assegurado pelo artigo XXI).

No Brasil, os Direitos Humanos passaram a ser garantidos pela Constituição Federal de 1988, após o país ter rompido com o período autoritário da Ditadura Militar e visado acatar valores sociais relevantes, como a cidadania e a dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988). Infelizmente, apesar de ter sido um acontecimento de suma importância, vemos o desrespeito desses direitos todos os dias, através do alto índice de violência e da crescente onda de ódio e intolerância que se espalha pelo país.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, “apenas em três semanas são assassinadas no Brasil mais pessoas do que o total de mortos em todos os ataques terroristas no mundo nos cinco primeiros meses de 2017” (IPEA, 2018). O Instituto também afirma que “jovens e negros estão mais sujeitos à violência”, sendo que “A taxa de homicídio de jovens<sup>9</sup> no Brasil teve um crescimento de 17,2% entre 2005 e 2015, número maior que o crescimento médio no país no mesmo período, de 10,6%” e “De cada 100 pessoas assassinadas, 71 são negras no Brasil”. As mortes de jovens e negros acontecem em maior quantidade mesmo dentro da polícia (POLICIAIS, 2016).

O descrédito nas leis e nas instituições, provocado por casos como os que vimos acima, é um dos principais agravantes para o aumento do ódio e da insegurança da população, o que contribui conseqüentemente para o desentendimento do que sejam os Direitos Humanos e como a aplicação dos mesmos funciona em nosso país.

Todos os tipos de assassinato, tortura, humilhação e coerção, são considerados violações dos Direitos Humanos. A própria corrupção, que impede que outros direitos básicos sejam assegurados aos cidadãos, configura desrespeito à declaração da ONU. Por isso é tão problemático pensar que esses direitos não nos servem, ou que simplesmente não importam.

É igualmente relevante considerar, que o Brasil também é o país que conta com o maior número de assassinatos de defensores de Direitos Humanos no mundo. Entre janeiro e agosto de 2017 morreram 58 defensores no país, em sua maioria composta por pessoas envolvidas com questões ligadas ao meio ambiente e à disputa da terra (ANISTIA, 2018). Segundo dados da Anistia Internacional (2018), o Brasil não é um lugar seguro para minorias sociais e ativistas. Esses indivíduos têm sido vítimas recorrentes de retaliações por suas ideias e ações políticas, muitas delas culminando em execução como indica ter sido o caso de Marielle.

Marielle Franco era uma ativista dos Direitos Humanos. Também era mulher negra, mãe, lésbica, feminista e "cria da favela da Maré", como ela mesma costumava dizer. Foi eleita Vereadora da Câmara do Rio de Janeiro pelo PSOL, com 46.502 votos em 2016, sendo a quinta parlamentar mais votada naquele ano (ASSASSINATO, 2018). Sua dissertação de mestrado em administração, trazia uma análise das políticas de segurança pública no Rio de Janeiro através das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs), enquanto elementos de reforço do estado penal e aparelhos de repressão dos pobres (FRANCO, 2014). Apesar de toda a sua

---

<sup>9</sup> Para a matéria são considerados “jovens”, pessoas entre 15 e 29 anos.

participação política em defesa das causas das mulheres, negros e LGBTs e sua militância contra ações violentas nas favelas, a luta de Marielle Franco só recebeu a devida atenção após seu assassinato, no dia 14 de março de 2018.

No início de março Marielle assumiu a função de relatora da Comissão da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, criada para acompanhar a atuação dos militares na intervenção de favelas do Rio. No dia 10 de março, a vereadora havia postado sobre abusos de autoridade da polícia contra civis do bairro de Acari em sua conta no Twitter (FIGURA 1). No dia 13 de março, um dia antes de sua morte, Marielle fez uma postagem (FIGURA 2) sobre o jovem evangélico Matheus Melo, que teria sido assassinado pela polícia, logo após sair da igreja com a namorada<sup>10</sup>.



**Figura 1** – Postagem sobre abuso de autoridade em Acari.

**Fonte** – Conta do Twitter de Marielle

---

<sup>10</sup> **Jovem é morto no Jacarezinho após sair de igreja com a namorada no Rio.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/jovem-e-morto-no-jacarezinho-apos-sair-de-igreja-com-a-namorada-no-rio.ghtml>>. Acesso em 08 de abril de 2018.





**Marielle Franco** @mariellefranco · 13 de mar

Mais um homicídio de um jovem que pode estar entrando para a conta da PM. Matheus Melo estava saindo da igreja. Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?

320 11 mil 24 mil

**Figura 2** – Postagem sobre o assassinato do jovem Matheus.

**Fonte** – Conta do Twitter de Marielle

No dia 14, após participar de um evento chamado "Jovens Negras Movendo Estruturas", na Lapa. Um carro emparelhado com o veículo de Marielle, e quatro tiros, dos treze disparos realizados, atingiram sua cabeça. O motorista Anderson Pedro M. Gomes que dirigia o veículo também morreu. Uma assessora da vereadora, que estava com os dois no carro, ficou ferida pelos estilhaços, mas sobreviveu.

A arma de calibre 9 mm usada no crime e as condições dos disparos, denunciam a ação de um atirador experiente. A munição da arma foi identificada como sendo de um lote vendido à Polícia Federal de Brasília em 2006<sup>11</sup>. A placa do carro utilizado era clonada. Os assassinos tiveram cuidado até mesmo em escolher um ponto cego do trajeto para realizar o ataque, dificultando as investigações com a falta de imagens. Absolutamente nada foi roubado das vítimas.

#### **4 A “SEGUNDA MORTE” DE MARIELLE FRANCO NAS REDES SOCIAIS**

Após sua morte, muitas pessoas tentaram deslegitimar sua atuação social de várias formas, através do ódio biopolítico nas redes sociais digitais. O discurso de ódio biopolítico reduz os indivíduos à vida nua, não politizada, a mera existência biológica. Quando proferido ele legitima a conservação dos valores de um grupo sobre outro, com um discurso dominante que decide quem merece ou não viver. Segundo Dalmolin:

Não é à toa que o ódio biopolítico nas redes demonstre ter como alvo principal atingir os aspectos eminentemente biológicos dos sujeitos envolvidos: a cor da sua pele, seu caráter de gênero, a natureza de suas práticas sexuais, ou seja, suas divergências em relação a um padrão considerado o correto por aquele grupo em questão. A atuação do ódio biopolítico não abre espaço para a dúvida, a pluralidade e para a divergência: aquele com o qual eu não concordo deve ser silenciado, rejeitado ou eliminado. Essa estratégia muitas vezes lança mão da liberdade de expressão como condição para disseminar seu ódio biopolítico. (DALMOLIN, 2017, online).

<sup>11</sup> **Munição usada para matar Marielle é de lotes vendidos para a Polícia Federal.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/municao-usada-para-matar-marielle-e-de-lotes-vendidos-para-a-policia-federal.ghtml>>. Acesso em 09 de abril de 2018.

Nesse caso também devemos considerar as “fake news” como uma ferramenta para a disseminação de ódio biopolítico, visto que se tratam de discursos falsos que são produzidos com o intuito de eliminar a imagem pessoal e política de Marielle. No dia 24 de março o Facebook retirou do ar a página “Ceticismo Político”, que seria a responsável por criar e impulsionar as notícias falsas sobre Marielle Franco. No dia anterior, o Youtube também havia se prontificado a retirar 16 vídeos com ofensas à vereadora. As ações para que ambos os atos se realizassem foram movidas tanto por uma força-tarefa do PSOL para encontrar mentiras sobre o caso na internet, quanto pela irmã de Marielle, Anielle Franco, e por sua viúva, Mônica Benício<sup>12</sup>.

Algumas das falsas notícias divulgadas e que precisaram ser desmentidas foram: Marielle nunca se relacionou com o traficante Marcinho VP, não foi eleita pelo Comando Vermelho, não consumia maconha, não defendia bandidos e também não engravidou aos 16 anos de idade<sup>13</sup>. Mas o que devemos nos perguntar é “Por que esse tipo específico de notícia foi inventada?”, ou ainda, “Se essas falsas notícias fossem verdadeiras, isso justificaria a execução de Marielle?”



**Figura 3** – Foto utilizada para afirmar um suposto caso entre Marielle Franco e Marcinho VP

**Fonte** – Acervo Google

---

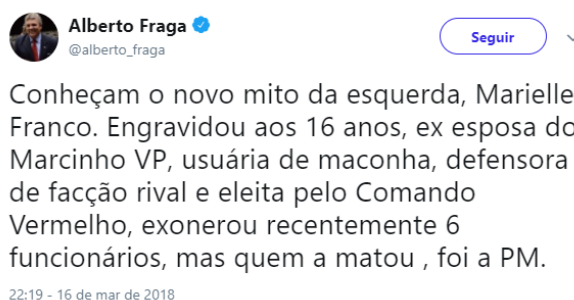
<sup>12</sup> **Facebook retira do ar página com fake news contra Marielle Franco.** Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/facebook-retira-do-ar-pagina-com-fake-news-contramarielle-franco/>>. Acesso em 09 de abril de 2018.

<sup>13</sup> **Saiba quais são as mentiras sobre a vereadora assassinada Marielle Franco que circulam na internet.** Disponível em: <<http://www.osul.com.br/as-mentiras-sobre-a-vereadora-marielle-franco-que-circulam-na-internet/>>. Acesso em 09 de abril de 2018.

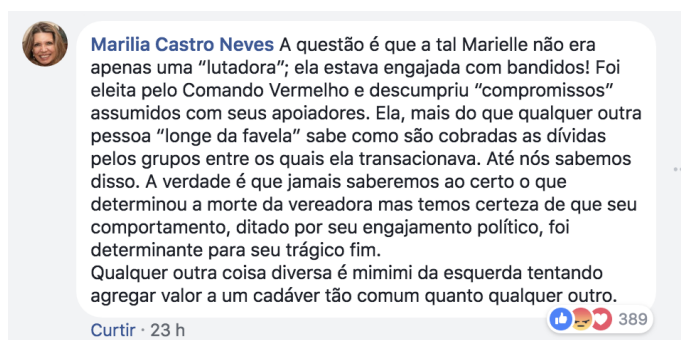


**Figura 4** – Verdadeira Marielle Franco e verdadeiro Marcinho VP  
**Fonte** – Acervo Google

Como podemos perceber através das figuras 3 e 4, Marielle Franco e Marcinho VP nem mesmo estavam na foto divulgada (e amplamente replicada) para “provar” que existiria uma relação entre os dois. Apesar disso, algumas autoridades decidiram repassar essas notícias falsas como se fossem verdadeiras em suas redes sociais, sendo duas delas o deputado Alberto Fraga, presidente da Frente Parlamentar de Segurança Pública (FIGURA 5), e a desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ), Marília Castro Neves (FIGURA 6).



**Figura 5** – Postagem de Alberto Fraga no Twitter  
**Fonte** – Acervo Google



**Figura 6** – Postagem de Marília Castro Neves no Facebook  
**Fonte** – Acervo Google

Assim como a dupla, outros usuários passaram a questionar a índole de Marielle e dos que se sentimentalizaram com sua morte e duvidar do viés político de seu assassinato. Os principais argumentos podem ser divididos em duas categorias: 1) A morte de Marielle representa uma indignação seletiva da esquerda e de ideias tidas como seus ideais (FIGURA 7); 2) A morte de Marielle é uma morte como qualquer outra no Brasil, ou todas são políticas ou nenhuma é. (FIGURA 8).



**Figura 7** – Duas montagens feitas por usuários sobre policiais assassinadas.  
**Fonte** – Acervo Google



**Figura 8** – Postagem realizada pelo Movimento Brasil livre (MBL) em sua página no Facebook.  
**Fonte** – The Intercept Brasil

De fato, todas as mortes importam. E é uma pena que sejam tantas as vítimas de violência no Brasil, que acaba por se tornar impossível dar o espaço merecido a todas elas, tanto na mídia, como em protestos, como em nossos trabalhos, ou falas diárias. Também é bastante doloroso pensar na possibilidade de que estejamos caminhando cada vez mais em direção a uma Guerra Civil em relação as nossas ideologias, por conta da tão acirrada dicotomia Direita X Esquerda, que tem visado apenas a humilhação ou eliminação do grupo que julgamos diferente de nós. No entanto, não podemos esquecer que existem pessoas de ambos os lados lutando por um Brasil melhor e menos violento, e a Marielle era uma delas.

Em sua dissertação de mestrado, Marielle falou dos vários policiais assassinados brutalmente no Brasil, inclusive Fabiana Aparecida de Souza, 30 anos e Alda Rafael Castilho, 27 anos; jovens policiais negras assassinadas no Rio e cujos rostos estampam a Figura 7 (FRANCO, 2014). Pode ser que muitas das pessoas que compartilharam a imagem na internet não soubessem o nome delas, mas Marielle sabia. A vereadora escreveu 139 páginas de texto analisando a presença das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas favelas do Rio de Janeiro e suas implicações. Ela também prestava auxílio jurídico e psicológico às famílias de vítimas de homicídios e policiais vitimados há 10 anos<sup>14</sup>.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando tanto usuários com acesso à informação, quanto autoridades privilegiadas que representam um discurso dominante, a favor da guerra às drogas e da intervenção militar em favelas, são capazes de acreditar em absolutamente qualquer coisa que se diz sobre aquele grupo considerado como seu inimigo, ou replicar falsas notícias de forma inconsequente sem nem mesmo apurar os resultados, é possível afirmar que o discurso de ódio biopolítico no Brasil chegou a níveis alarmantes e que precisa ser urgentemente combatido, através de ações que eduquem a população e de medidas mais severas das redes sociais para o bloqueio desse tipo de conteúdo em sua plataforma, mediante comprovação de denúncia de conteúdo falacioso.

A vida de Marielle foi reduzida a uma vida nua, despolitizada, por conta dos discursos de ódio biopolítico proferidos contra ela nas redes sociais digitais. Através da análise dos comentários é possível perceber que Marielle sofreu duas execuções: foi vítima

---

<sup>14</sup> **Mãe de policial assassinado relembra ajuda de Marielle Franco no caso: 'Foi imbatível'**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/mae-de-policial-assassinado-relembra-ajuda-de-marielle-franco-no-caso-foi-imbatiavel.ghtml>>. Acesso em 09 de abril de 2018.

das balas que causaram sua morte física e dos discursos que ousavam promover sua morte digital. Ambos utilizados por pessoas que quiseram sujar e apagar sua memória. O mecanismo de dissociação que constituem as duas mortes de Marielle tentam desarticular o político do biológico, destacando os sentidos do primeiro de sua trajetória de vida na medida em que relega a ela uma condição de *homo sacer*, ironicamente tornando-a objeto das violações de direitos e violências que sua própria condição de sujeito político buscava combater.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio; **Homo Sacer**: O poder Soberano e a vida nua. Tradução de Henrique Burigo - Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

\_\_\_\_\_. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha (Homo sacer III). Tradução de Selvino J. Assmann, São Paulo: Boitempo, 2008.

ANISTIA Internacional aponta que 58 defensores de direitos humanos foram mortos em 2017 no Brasil. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/anistia-internacional-aponta-que-58-defensores-de-direitos-humanos-foram-mortos-em-2017-no-brasil.ghtml>>. Acesso em 08 de abril de 2018.

ASSASSINATO político de Marielle Franco reativa as ruas e desafia intervenção no Rio. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/16/politica/1521157108\\_642756.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/16/politica/1521157108_642756.html)>. Acesso em 08 de abril de 2018.

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 05 de abril de 2018.

DALMOLIN, Aline. **A circulação do ódio biopolítico e da intolerância religiosa nas redes sociais**. Disponível em: <[http://www.midiaticom.org/pdf/GT\\_02\\_-\\_Midiatizacao\\_da\\_Religiao\\_%E2%80%93\\_B.pdf](http://www.midiaticom.org/pdf/GT_02_-_Midiatizacao_da_Religiao_%E2%80%93_B.pdf)>. Acesso em 09 de abril de 2018.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon de Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Em Defesa da Sociedade**, São Paulo; Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2016.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: Nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FRANCO, Marielle. **UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense/Programa de Pós-Graduação em Administração, 2014.

IPEA. Taxa de homicídios no Brasil aumenta mais de 10% de 2005 a 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/taxa-de-homicidios-no-brasil-aumenta-mais-de-10-de-2005-a-2015.ghtml>>. Acesso em 05 de abril de 2018.

JESSICA Monteiro: ela dividiu cela com filho recém-nascido. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2018/02/jessica-monteiro-ela-dividiu-cela-com-filho-recem-nascido.html>>. Acesso em 08 de abril de 2018.

JUSTIÇA concede habeas corpus a mãe que está com bebê em penitenciária paulista. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-02/justica-concede-habeas-corpus-mae-que-esta-com-bebe-em>>. Acesso em 05 de abril de 2018.

NO RIO, a polícia que mais mata é também a que mais morre. **El País**. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/04/politica/1491332481\\_132999.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/04/politica/1491332481_132999.html)>. Acesso em 06 de abril de 2018>.

OAB pede habeas corpus para mulher presa com recém-nascido em SP, Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/oab-pede-habeas-corpus-para-mulher-presa-com-recem-nascido-em-sp.ghtml>>. Acesso em 05 de abril de 2018.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 05 de abril de 2018.

POLICIAIS matam e morrem mais no Brasil, mostra balanço de 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/10/1931445-policiais-matam-e-morrem-mais-no-brasil-mostra-balanco-de-2016.shtml>>. Acesso em 08 de abril de 2018.